

A implementação de políticas para a comunidade surda no campo dos meios de comunicação: uma análise comparativa Brasil-Argentina.

Keli Krause.

Cita:

Keli Krause (2017). A implementação de políticas para a comunidade surda no campo dos meios de comunicação: uma análise comparativa Brasil-Argentina. XXXI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Montevideo.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-018/1586>



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PARA A COMUNIDADE SURDA NO CAMPO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO: UMA ANÁLISE COMPARATIVA BRASIL-ARGENTINA

Keli Krause

kesekk@gmail.com

UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Brasil

RESUMO:

O presente trabalho forma parte de minha investigação de mestrado, que propõe uma análise comparativa entre as políticas para a comunidade surda no campo dos meios de comunicação no Brasil e na Argentina, com foco nas iniciativas de transmissões televisivas para surdos, tanto do ponto de vista da produção dos programas quanto da recepção do público surdo. No Brasil, será abordado a programação do canal TV INES, que funciona através de internet. No caso da Argentina, a programação para crianças que existe no canal Paka Paka da televisão pública. As leis e os decretos que garantem a acessibilidade aos surdos para exercício da plena cidadania são recentes, tornando-se importantes instrumentos para efetivar a acessibilidade e inclusão social em diferentes ambientes, difundindo a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Serão apresentados resultados preliminares de pesquisa tanto documental quanto de campo. Através de pesquisa documental indagarei sobre a relação entre o marco legal de acessibilidade e as ações implementadas na mídia, principalmente na televisão. A pesquisa de campo irá abordar sujeitos que participam da produção e condução dos programas televisivos mencionados, assim como os telespectadores. Estes últimos serão abordados através de associações para surdos nas cidades de Buenos Aires (Argentina) e da Sociedade dos Surdos do Rio Grande do Sul - SSRS (Brasil). Nos interessa discutir os efeitos das políticas públicas na vida das pessoas, compreendendo também como essas transmissões televisivas são recepcionadas pela comunidade surda.

Palavras-chave: Políticas, surdos e acessibilidade.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

ABSTRACT

The present work is part of my master's research, which proposes a comparative analysis between the policies for the deaf community in the media from Brazil and Argentina, focusing on the initiatives of television broadcasts for the deaf both from the point of view the production of the programs, as well as the reception from the deaf public. In Brazil, the programming of the INES TV channel, which runs through the internet, will be approached. In the case of Argentina, the program for children from the Paka Paka's channel, of public television. Laws and decrees that guarantee the accessibility of deaf people for the exercise of full citizenship are recent, becoming important instruments for an effective accessibility and social inclusion in different environments, disseminating the Brazilian Sign Language (LIBRAS). Preliminary results of both documentary and field research will be presented. Through documentary research I will inquire about the relationship between the legal framework of accessibility and the actions implemented in the media, especially in television. The field research will address subjects who participate in the production and conduction of the television programs mentioned, as well as the viewers. The latter will be addressed through the associations for the deaf in the cities of Buenos Aires (Argentina) and the Society of the Deaf in Rio Grande do Sul - SSRS (Brazil). We are interested in discussing the effects of public policies on people's lives, including understanding how these broadcasts are received by the deaf community.

Keywords: Policies, deaf and accessibility.

I. Introdução

Os surdos utilizam uma comunicação preponderantemente visual. As mídias sociais como a televisão e os filmes de curta metragem exibidos na internet trazem notícias, informações, instruções, educação e manuais de operação necessários à vida, todos os dias.

A comunicação por meios eletrônicos está em constante evolução técnica e cada vez é mais disseminada na população e mais acessível e necessária a qualquer cidadão. É importante a acessibilidade e inclusão social em diferentes ambientes, para informações relevantes e difusão da LIBRAS.

No Decreto nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004 apresenta as normas e leis da acessibilidade: cidadania para todos como a acessibilidade de comunicação que a oferta de



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

aparelhos de televisão equipados com recursos tecnológicos como meio de legenda oculta, a janela com intérprete de Libras, e a descrição e narração em voz de cenas e imagens. As leis e os decretos que garantem a acessibilidade aos surdos para exercício da plena cidadania são recentes no Brasil, como a Lei Brasileira de Inclusão – LBI (Lei nº13.146, de 6 de julho de 2015), é um conjunto de leis que aborda várias dimensões, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

A inclusão social de pessoas com deficiências, em especial com relação aos sujeitos surdos, requer a realização de uma série de políticas públicas inclusivas capazes de promover a inserção social, nas suas mais variadas dimensões, de indivíduos que por algum motivo são excluídos ou ficam à margem do processo de socialização e de construção da cidadania. A acessibilidade na comunicação é fator muito importante para o pleno exercício de cidadania dos surdos assim como também contribui para uma melhor integração e inclusão dos mesmos, nos distintos espaços sociais.

Percebe-se que em todo o Brasil não existem programas de televisão para os surdos, somente existe no formato WebTV (TV INES) no estado do Rio de Janeiro com uso de LIBRAS como forma de comunicação. Os surdos brasileiros precisam ler a legenda em português para poder ter acesso à TV. Muitos apresentam dificuldade de compreender toda a matéria legendada nos programas televisivos na íntegra, considerando que o português é a segunda língua para a maioria dos surdos brasileiros (sendo a primeira língua a LIBRAS). Considerando também a importância da televisão como forma de comunicação e de acesso à informação na sociedade contemporânea, surge o questionamento sobre os caminhos de acessibilidade da população surda aos meios de comunicação, principalmente à TV. Ressalta-se esta discussão como de alta relevância para pensar a TV Pública no Brasil, que teria como mote promover cidadania, inclusão e a visibilidade da diversidade cultural, conforme aponta Torves (2007).

Indagaremos como a TV INES produz um discurso midiático acessível para a comunidade surda brasileira e como é recepcionado pelo público surdo. Pretende-se fazer uma abordagem das políticas públicas brasileiras orientadas à comunidade surda, principalmente as que dizem respeito à acessibilidade nos meios de comunicação. Buscaremos comparar o caso brasileiro com outros países do mundo que vem implementando políticas de acessibilidade para a comunidade surda nos



XXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

meios de comunicação. E principalmente com o caso da Argentina, que recentemente teve um programa da TV Pública *Enseñas para Aprender*, vinculado a um canal infantil. Indagaremos se, o fato de ser uma transmissão de um canal da TV Pública e ainda orientado para as crianças produziu efeitos diferentes (como, por exemplo, maior acesso) do que o canal brasileiro, orientado para um público surdo diverso, mas transmitido via internet.

Pretende-se fazer uma abordagem da política pública destinada à comunidade surda e refletir sobre de que maneira a cidadania comunicativa surda entra nas discussões sobre diversidade cultural. Tem-se o intuito de contribuir para que os sujeitos surdos tenham mais oportunidades de chegar ao conhecimento de termos específicos, com a sua língua de sinais enriquecida.

II. Marco teórico/marco conceptual

Este estudo focaliza a relação da mídia com a cidadania, assim como com a acessibilidade e as políticas públicas. Para tanto, relacionaremos essas dimensões no referencial teórico.

No Brasil, a partir dos anos de 1980, houve o início do estudo das políticas públicas, com a publicação de trabalhos sobre a formação histórica das ações de governo, influenciadas pelo modelo da política americana. Neste momento apresentaram-se muitas definições diferentes, com a intenção de conceituar as políticas públicas. Segundo Dias (2012 p.13) relatou:

“É importante compreender-se o que o conceito de políticas públicas inclui tanto temas do governo, como do Estado. Estes últimos são, na realidade, políticas de mais de um governo, o que lhes confere uma particularidade política. Também é possível considerar políticas de Estado aquelas que envolvem o conjunto dos poderes do Estado (Executivo, Legislativo e Judiciário) em seu projeto e execução”.

Assim é possível afirmar que, as políticas públicas abrangem áreas como a educação, saúde, arte, cultura, direitos humanos, moradia, segurança, transporte, meio ambiente e outros. Estas áreas são trabalhadas através dos agentes políticos que representam a população, tanto na esfera do governo como do Estado. Por exemplo, todos os cidadãos são agentes ou atores sociais, que possuem suas demandas enquanto sociedade constituída, eles possuem seus representantes na esfera



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

municipal, estadual e federal, que cuidam principalmente dos interesses populacionais, direito e cidadania dos vários grupos da sociedade. O Estado é responsável pela proteção dos cidadãos e pela regulação de relações econômicas e sociais, por isso, dentro das políticas públicas são tratados também sobre os direitos dos cidadãos com o objetivo de ampliar e efetivar direitos de cidadania que são conquistados através das lutas sociais, pelas demandas dos setores da sociedade considerados como mais vulneráveis e regular conflitos de interesses de classes e grupos. Cabe ao formulador de políticas públicas conseguir, perceber, compreender e selecionar as diversas demandas.

A LIBRAS foi reconhecida no Brasil como meio de comunicação da comunidade surda Brasileira por meio da Lei nº 10.436/2002. Com isso, os surdos, que ocupam os mesmos espaços sociais que os ouvintes, adquiriram o direito de poderem se comunicar em sua própria língua.

Vivemos num país onde a língua majoritária é a língua portuguesa. Sendo assim, o português para surdos, é a segunda língua, uma vez que estes possuem, em sua maioria, uma língua com a qual se comunicam na comunidade surda que é a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, constituindo-se em sua primeira língua. Dessa forma, a língua portuguesa também deve ser ensinada aos surdos com metodologia própria de segunda língua, tendo em vista ainda a diferença de modalidades entre o português e a língua de sinais, já que aquela é de modalidade oral-auditiva quanto este é de modalidade espaço-visual. Os surdos necessitam aprender o português na modalidade escrita como segunda língua, para se comunicar e ter acesso ao conhecimento e à cultura local. O papel da LIBRAS na instrução do português escrito é primordial, porque possibilita o conhecimento de mundo e de língua, com base nos quais as pessoas surdas poderão atribuir sentido ao que leem e escrevem. Ao mesmo tempo, sem a língua de sinais, os surdos não sobrevivem na sociedade majoritária, sendo que através dela lhes é garantida a construção de conhecimento do mundo e a constituição e reconhecimento de identidade cultural surda (PERLIN, 1988; SKLIAR, 1997).

Nesse sentido, discutiremos a seguir a noção de cidadania surda, principalmente vinculada à comunicação e acessibilidade.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

A cidadania surda se dá através da participação e acesso aos direitos civis, políticos e sociais no espaço de inclusão social que estão definidos na Constituição do Brasil.

Esta pesquisa busca o caminho da cidadania sob a comunicação e o acesso a informação e direitos dos cidadãos surdos no campo midiático, e esta se encontra no encaixe dos dois focos principais: cidadania comunicativa e cidadania e acessibilidade. Para cada definição e conceptualização os diversos autores escrevem:

“A cidadania comunicativa é um direito básico (o acesso à internet, por exemplo, deveria ser possível a todas as camadas do estrato social). De acordo com Mata et al. (2005), a cidadania comunicativa pode ser entendida como o reconhecimento da capacidade de ser sujeito de direito e demanda, no âmbito da comunicação pública, e no exercício desse direito” (FOLETO, 2016, p.5).

Bonito explica o conceito de cidadania comunicativa no sentido geral:

“A cidadania comunicativa compreende e possibilita a participação dos diversos sujeitos num processo de criação democrático, o que amplia as práticas de cidadania, caracterizando-se também pelo acesso dos sujeitos às tecnologias. Este é um forte indicador do direito à comunicação e à informação e dos processos de democratização, que ampliam a capacidade de intervenção e de ação cultural, social, política e comunicacional. Essa prática contempla a participação nos processos diários, individuais e coletivos e possibilita aos sujeitos negociar e interagir para as tomadas de decisões” (2015, p. 165).

A perspectiva conforme a autora surda Claudio (2016) sobre a cidadania comunicativa surda ressalta que existe pouca problematização sobre a noção de “cidadania comunicativa surda”, sendo que ela está relacionada “com consciência e prática, com os processos de conhecer seus direitos, desenvolver suas práticas sociais e propor seu processo de democracia da sociedade, pois “democracia é um valor ético” (p. 109).

Concordo com Claudio, porque a dimensão da comunicação visual é importante, a estratégia comunicacional pelos sujeitos surdos com meios de comunicação apresenta o reconhecimento da língua de sinais nos espaços de cidadania no campo midiático. É contribuir na circulação das



XXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

informações e as experiências vividas numa comunidade surda politizada, como exemplo, suas mãos representam a voz na política.

Propõe-se um olhar para as maneiras como as pessoas surdas e com deficiências auditivas alcançam informações, como estabelecem processos de comunicação apresentados pelas mídias e interligado a teoria de cidadania comunicativa “que trata das apropriações dos sujeitos a partir de práticas comunicacionais” (FAXINA, 2012).

Minha perspectiva para pensar a cidadania comunicativa acessível das pessoas surdas em relação com a televisão brasileira na midiaticização das sociedades, “nos quais o campo midiático tem um lugar estratégico na configuração das sociedades contemporâneas”. (MALDONADO, 2002, p.6). Por usuários/telespectadores surdos na perspectiva da acessibilidade para sua cidadania comunicativa, com objetivo de contextualizar sociopolíticos e através de tecnologias da informação à comunicação.

O autor Queiroz (2005) mostra que o termo acessibilidade que surgiu na França com a necessidade de transposição dos obstáculos arquitetônicas que impediam o acesso de pessoas com deficiências a lugares de uso comum e público.

No Brasil, a lei de acessibilidade, nº 10.098 no artigo 2 de 19 de dezembro 2000, estabelece normas gerais para a acessibilidade e apresenta o conceito de acessibilidade:

“Possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida”.

É muito interessante os dois termos: Acessibilidade Universal e Desenho Universal. Apresento um breve histórico, uma definição e um conceito conforme o autor escreve:

Acessibilidade que precisa ser universal, ou seja, para todas as pessoas e não um “lugar especial” designado para pessoas com deficiência, como uma marca para determinados sujeitos que precisam deste espaço. (FERNANDEDES E LIPPO, 2013, p. 7).

Na década de 1960, na Suécia, se reuniram representantes dos países Japão, Estados Unidos e Nações Europeias para discutir como reestruturar e recriar o velho conceito “Homem padrão”.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Em 1963, a primeira conferência Internacional sobre Free Design na cidade de Washigton, com objetivo de discutir desenhos de equipamentos, edifícios e áreas urbanas adequadas à utilização por pessoas com deficiências. Alguns anos depois, nos Estados Unidos, decidiu mudar para Universal Design, traduzida em português “Desenho Universal”, pois é igual a todos.

O Brasil aceitou receber o Desenho Universal no início do ano 1980, começaram a construção de leis e regulamentações para as pessoas com deficiências, mas o processo na prática demorou muito. No ano de 1985, a primeira norma técnica brasileira relativa à acessibilidade orientada como edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos para a pessoa com deficiência.

Muitos anos, não foi praticado a acessibilidade na sociedade, pois foi bem difícil a adaptação e também os recursos tecnológicos eram muito caros. Em 1994, a primeira revisão da norma técnica brasileira quando foram alterados alguns aspectos. Houve então o crescimento da regulamentação em todos os aspectos da acessibilidade e beneficiando também a gestante, o idoso, o obeso, etc.

A autora Gabrilli (2007) apresenta o conceito de Desenho Universal:

Se desenvolveu entre os profissionais da área de arquitetura na Universidade da Carolina do Norte - EUA, com o objetivo de definir um projeto de produtos e ambientes para ser usado por todos, na sua máxima extensão possível, sem necessidade de adaptação ou projeto especializado para Pessoas com deficiência. (GABRILLI, 2007, P.6)

A pesquisa, é muito interessante, pois faz refletir sobre o desenho universal da televisão para o surdo, pois quem possuía televisão mais antiga, não tinha acesso a legenda. Era necessário comprar um aparelho conversor, para assim, usufruir desta tecnologia. Alguns anos depois, uma nova versão de televisão já vinha com o conversor. Porém, imaginemos que as pessoas surdas possam usar controle remoto e acionar na tecla zoom e a janela de Libras abra-se no tamanho desejado (podendo ser opcional o tamanho da imagem. Exemplo a metade da tela da televisão).

III. Metodología

Trata-se de uma pesquisa qualitativa que usará diferentes estratégias metodológicas para abordar a problemática proposta de uma maneira complexa. O delineamento da pesquisa é o de estudo de caso. Segundo Yin (2010), o estudo de caso é uma pesquisa empírica que investiga um



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

fenômeno contemporâneo em profundidade e em contexto de vida real, para analisar fenômenos que englobam importantes condições contextuais/conjunturais. Para captar essa complexidade, precisa-se de múltiplas abordagens e técnicas de produção de dados.

Os dois casos explorados serão o a programação da TV INES no Brasil, que transmite pela internet, e o programa *Enseñas para aprender*, que era transmitido na TV pública da Argentina, mas que acessou a transmissão devido a decisões políticas de ajuste de gastos públicos. Esses casos serão entendidos no contexto das políticas públicas e das garantias de direitos para a comunidade surda no Brasil e na Argentina.

Uma das estratégias será visual, sendo fundamental criar um corpus de dados de imagem, tanto das transmissões online da TV INES, quanto do programa *Enseñas para Aprender* que se encontra disponível no youtube, como parte da análise da produção de discurso midiático.

Outras dimensões do discurso midiático serão abordadas em pesquisa de campo. Para conhecer tanto a história quanto o funcionamento e processo de produção dos canais/programas, será realizada pesquisa de campo através de visita aos canais e entrevistas com apresentadores, produtores, etc. Também serão realizadas entrevistas com pessoas surdas de associações, tanto argentinas quanto brasileiras, para indagar na recepção desses programas.

Será usada também pesquisa documental e bibliográfica, referentes a legislações, políticas e outros, tendo por objetivo de comparar o campo da política pública e da garantia dos direitos humanos da comunidade surda no Brasil e na Argentina, verificando os recursos midiáticos existentes para surdos, no que tange a acessibilidade através da política pública para a comunidade surda.

IV. Análise e discussão de dados

A TV INES foi primeiro canal de WebTV para surdos é lançado no Brasil em 2013, a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (Acerp), em parceria com o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) em Rio de Janeiro. Prioriza Libras e conta com legendas e locução em todos os produtos – o que a torna única na proposta de integrar os públicos surdos e



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

ouvintes numa grade de programação bilíngue, já que Libras não é a simples gestualização da língua portuguesa e tem gramática, sintaxe e léxico próprios.

O desafio diário de produzir um canal de televisão bilíngue e construir narrativas audiovisuais que conjuguem Libras e Língua Portuguesa, integrando públicos, é enfrentado por uma equipe de profissionais de televisão surdos, ouvintes, tradutores intérpretes e profissionais do INES.

A Web TV da INES TV existe muitos programas diferentes tais como: Aula de Libras, Brasil eleitor, Café com Pimenta, Centro de Apoio aos Surdos, Cinemão, Comédia de Vida Surda, Gera mundos, interesse público, Ligado em saúde, Manuário, Momento Ambiental, Panorama Visual, Piadas em Libras, Salto para o futuro, Super Ação, Tecnologia em Libras, Via legal e Visual.

Figura 1: Vídeo de Café com Pimenta na TV INES.



Fonte: <http://tvines.ines.gov.br/wp-content/uploads/2015/08/caferichardcarter-320x180.jpg>

O Paka Paka é um canal de televisão pública argentina, começou em setembro de 2010, sendo o primeiro canal educativo e público, criado pelo Ministério da Educação para todas as crianças de 2 a 12 anos em Buenos Aires, na Argentina e da América Latina, com objetivo das crianças acessarem ao conteúdo de qualidade cultural e educacional que contribuam para seu desenvolvimento global. O canal incluiu firmware, documentários, desenhos animados.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

O site institucional relata que “*PAKAPAKA concibe a los chicos como ciudadanos, sujetos de derechos, constructores y pensadores de su realidad, con saberes y modos de ver el mundo que enriquecen la vida en común*”, traduzida para o português “concebida crianças como cidadãos com direitos, construtores e pensadores da sua realidade, o conhecimento e formas de ver o mundo que enriquecem a vida juntos”. Refletindo sobre esse assunto, mais de vinte programas para crianças ouvintes na televisão pública e só um programa para as crianças surdas, a eliminar desse programa aconteceu em 2014, nesse sentido, a de se questionar porque essas crianças surdas não têm direitos como cidadãos? Os surdos brasileiros são cidadãos, mas não existe o programa próprio de televisão. Portanto, ainda há preconceito ou inferioridade da sociedade ou a situação de carência ou subordinação da política para as pessoas surdas.

O Programa *Enseñas para Aprender* apresenta que a língua de sinais fornece a capacidade de compartilhar ideias, gostos e atividades através de uma linguagem cujas características torná-lo uma fonte inesgotável de recursos expressivos. *Insígnias* é o primeiro programa de televisão projetado para meninas e meninos surdos e ouvintes, com objetivo de mostrar atividades diferentes, como por exemplo cores, animais, esportes, dias de semana, clima, cidades e outros. A apresentadora Gabriela Bianco é uma pessoa famosa como artista, atriz, escritora e pedagoga em Buenos Aires.

Figura 3: Apresentadora Gabriela Bianco do programa *Enseñas para Aprender*.



Fonte: https://www.youtube.com/channel/UC_SsCAG8KXwOOSAeiSgWpLw



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Figura 4: Dia de trabalho no canal Paka Paka.



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=2oSbaGR1z-w>

A importância do programa *Enseñas para Aprender* no canal Paka Paka se dá na sua realização através de uma imagem direta na LSA e atrás uma pessoa com fala, assim as crianças surdas e ouvintes podem assistir ao programa junto, havendo integração, dessa forma, segundo Gabriela Bianco, é o único programa da América Latina.

Ela se sentiu muito bem trabalhando dentro dessa instituição e achou lindo, sendo a primeira vez a televisão percebeu da importância, antes os intérpretes viajam pensar a TV conta a língua de sinais nos arquivos guardados, ela olhou e ficou surpresa em outros estados as pessoas assistem o programa, ela foi trabalhar na apresentação de teatro, viu que aprenderam a forma aqui na América Latina, por isso fundou a Associação de Artes e Sinais – ADAS, trabalhar de poucos programas desenvolvidos em língua de sinais para ensinar bem, não misturar com idioma espanhol, as crianças pequenas contam que as histórias que antes não conheciam a língua de sinais, tradução, alguns atores surdos praticam expressões e televisão nada, nós lutamos dois anos que apresentamos os projetos para o programa Paka Paka não aceitaram, então escreveram de novo no projeto do programa *Enseñas para Aprender*, apresentamos novamente até aprovar e com quatro anos de trabalho no total mais de 60 a 300 episódios e se pode ver pela internet.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

O público reage em relação ao canal Paka Paka e o programa *Enseñas para Aprender*, que geralmente ficam felizes, porque a primeira escola, as crianças surdas e os pais aprenderam e desenvolveram junto com as crianças, já os adultos surdos têm pouco interesse, porque o programa direciona mais para o público infantil, mas também os adultos ouvintes têm interesses para aprender e conhecer sobre a surdez, cada um do seu jeito diferente, mas geralmente felizes, pediram mais programas, mas só durou quatro anos e terminou o programa na televisão.

Mais ou menos dez funcionários do programa *Enseñas para Aprender*. Gabriela e mais um colega são escritores, diretor, filmador, diretor geral, diretor de TV, ajudante, iluminador, vestuarista, maquiador, um surdo acompanha para observar se está tudo correto, com a apresentadora, e um ouvinte que ajuda falar se ela está fazendo bem, intérprete de LSA e surdo olha para ela. Paka Paka paga controla esse programa *Enseñas para Aprender* que o grupo escreve e apresentam os projetos. Eles chamam a equipe para desenvolver e dar os vídeos ao canal Paka Paka, trabalham dessa forma independente. Não continua o programa, porque não tem dinheiro e nem interesse, em um ou dois anos vão preparar outro projeto para fazer outro programa com outra equipe.

A parte mais de difícil desse programa de televisão, segundo a Gabriela era quando ela fala e usa a LSA, quando está em frente à câmera e o rapaz que fala fica atrás da câmera, porque é um diálogo falado, portanto a cultura ouvinte e ela usa a LSA como pessoa surda, sem intérprete de LSA, ela se concentra na língua de sinais, mas não ouve, para evita misturar para a LSA. O filmador, iluminador e outros são ouvintes, eles não pensam como surdos, então eles não sabem se filmar bem a LSA, tinham sempre dúvidas se terminavam bem o vídeo.

Segundo Gabriela Bianco acha a televisão pública/aberta ou fechada é importante? Porquê? Ela respondeu que a minoria de surdos e outros grupos necessitam que TV pública apoiem, privada não dá bola, a TV privada conta quantos surdos tem, somente dois por cento de surdos, então não querem fazer a LSA, TV pública entende que tem direito e deve respeitar pessoas de grupo minoria, direito de comunicação acessível, TV pública deve apresentar os projetos para direitos, respeitos e



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

cumprir. Comunicação privada em geral ignora maioria das vezes só pouquíssimas vezes em que dá atenção a essa clientela de público por ser minoria.

Existem normas no campo da mídia em meios de comunicação para a comunidade surda argentina, a entrevistada relata que agora melhor acessibilidade do que antes, dez anos atrás até hoje, mudou um pouco para melhor. Como exemplo, alguns horários têm intérpretes de LSA, alguns noticiários, televisão pública e privada só mostra as janelas pequenas de LSA, então difícil, tem algumas legendas (CC – Closed caption) na televisão melhorou um pouco, e a maioria dos intérpretes não são profissionais. Muitos anos atrás, a lei da comunicação de número 66, diz que as pessoas surdas devem ter comunicação acessível LSA muitas horas por dia, legendas, intérpretes de LSA, situação de comunicação deve ter intérprete, importantes pontos de número 66. Mas faz poucos anos tiraram essa lei, agora situação precária, sendo que alguns cumprem e outros não.

A parte mais difícil da política da mídia para a comunidade surda argentina, é a comunicação, porque não tem políticos surdos, não tem grupo de políticos surdos, os ouvintes não conhecem, então é difícil a comunicação. É difícil o governo compreender os surdos e a cultura surda. Às vezes, os políticos fazem lei para os surdos, mas os surdos falam que não é favorável para a comunidade surda, entretanto, refazem de novo a lei, ficando a comunicação difícil.

V. Conclusão

Todo ser humano tem direito a comunicação, esse direito, também relaciono ao cidadão surdo, ao acesso à informação na construção da inclusão social nos meios de comunicação e o entendimento da transmissão. Entretanto, devido a decisões políticas de ajuste de gastos públicos, muitos recursos destinados para realmente acontecer a inclusão, não estão acontecendo. Na mídia, muito já evoluiu, mas a tecnologia com avanços poderá oferecer ainda mais. A janela de intérprete na tela da televisão, foi uma conquista muito importante, mas segundo pesquisas deve haver regras para uma boa qualidade. A TV INES será visitada e através desta, prosseguir na luta para melhor qualidade para público surdo e deficiente auditivo.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Em visita a Buenos Aires, e entrevista com a apresentadora do programa *Enseñas para Aprender*, que era transmitido na TV pública, teve infelizmente que ser interrompido. Devido a situação financeira e causas de políticas públicas, onde se percebeu a dificuldade financeira e também interesses, sendo que a clientela de surdos era pequena, encerrando assim esse programa. O programa da TV INES é transmitido na internet, sendo assim, não existe programa de televisão brasileira direcionada para o cidadão surdo, suas famílias, amigos, profissionais interessados nessa área.

É preciso continuar insistindo, pesquisando e batalhando para melhorar no campo da mídia, tornando assim a acessibilidade acontecer verdadeiramente.

VI. Bibliografía

BONITO, Marco. **Processos da comunicação digital deficiente e invisível: mediações, usos e apropriações dos conteúdos digitais pelas pessoas com deficiência visual no Brasil**. Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, 2015.

CLAUDIO, Janaina Pereira. **A cultura dos sujeitos comunicantes surdos: construções da cidadania comunicativa e comunicacional digital no Facebook**. Tese de Doutorado. PPG em Comunicação, Unisinos, 2016.

DIAS, Reinaldo. MATOS, Fernanda. **Políticas Públicas: princípios, propósitos e processos**. São Paulo – SP. Editora Atlas, 2012.

FAXINA, Elson. **Do mercado à cidadania: o desafio das transformações dos sujeitos discursivos, das institucionalidades e das narrativas jornalísticas na TV pública brasileira**. 2012. 312f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2012. p. 09 -22, 93 - 160.

FERNANDES, Idilia. LIPPO, Humberto. **Política de acessibilidade universal na sociedade contemporânea**. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 12, n. 2, p.281-291,jul./dez.2013.

FOLETTTO, Rafael. **Desafios teóricos da pesquisa com sujeitos comunicantes: a contribuição da noção de cidadania comunicativa**. Revista Latinoamericana Comunicación Chasqui, v. 1, p. 277-292, 2016; Meio de divulgação: Vários. Homepage: <http://revistachasqui.org/index.php/chasqui/article/view/2576>; Série: 131; ISSN/ISBN: 13901079.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

GABRILLI, Mara. **Desenho Universal: um conceito para todos.** http://maragabrilli.com.br/wp-content/uploads/2016/01/universal_web-1.pdf

MALDONADO, A. E. **Produtos midiáticos, estratégias e recepção – a perspectiva transmetodológica.** Ciberlegenda, 2002. V.9.

PERLIN, Gládis. Identidades surdas, in Skliar, C. (org). **A surdez: Um olhar sobre as diferenças.** Porto Alegre: Editora Mediação, 1988.

QUEIROZ, M. A. (2005) “**FAQ -Perguntas Frequentes sobre Acessibilidade na Web**”, <http://www.acessibilidadelegal.com/40-faq.php>.

TORVES, José Carlos. **Televisão Pública.** Porto Alegre-RS. Editora Evangraf, 2007.

TV INES. <http://tvines.com.br/>

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** Trad. Daniel Grassi – 2ª ed. – Porto Alegre: Bookmann, 2001.